



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681333 - DF (2021/0226339-2)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : CASSIUS CLEY BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO : CASSIUS CLEY BARBOSA DA SILVA - DF029020
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
PACIENTE : FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FRANCISCO DAS CHAGAS MARTINS RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (HC n. 0722945-36.2021.8.07.0000).

O paciente cumpre pena de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão pela prática do crime previsto no art. 214, *caput*, combinado com o art. 224, *caput*, alínea “a”, ambos do Código Penal.

Efetuada a requisição do benefício do trabalho externo, o Juízo das Execuções determinou a realização de exame criminológico para aferição do requisito subjetivo para concessão.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida (e-STJ fls. 20/26).

O impetrante sustenta que a decisão foi proferida sem a devida motivação, com base apenas na gravidade em abstrato do delito.

Questiona a demora para a realização do exame, pois o apenado estaria há mais de seis meses aguardando a sua conclusão.

Requer, liminarmente, a revogação da determinação da realização de exame criminológico do paciente e, em consequência, a fruição do benefício do trabalho externo.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto o relator, na origem, consignou que *"uma vez que o exame estava marcado para o dia 1º-junho-2021, não havendo notícia de que tenha sido adiado, a princípio, não há falar em demora para sua realização."* (e-STJ fl. 25).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência